

## **Sobre a produção de subjetividade: uma análise a partir dos dispositivos móveis de comunicação<sup>1</sup>**

Maria Rita Pereira XAVIER<sup>2</sup>

Vyullheney Fernandes de Araújo LACAVA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

### **RESUMO**

A proposta deste artigo é discutir preceitos teóricos que possam elucidar o entendimento do smartphone como um dispositivo de visibilidade e comunicação capaz de acelerar processos de subjetividade nos indivíduos. O ponto de partida é a ideia de Guattari e Rolnik (1999) de que a subjetividade capitalística é fabricada, modelada, recebida, consumida, industrial e maquina. A justificativa para esta discussão é a presença cada vez mais constante dos dispositivos smartphones como extensão dos indivíduos. A proposta para entender a questão é pensar teoricamente a partir dos conceitos de dispositivo, subjetividade, tecnologia e modernidade (GUATTARI; ROLNIK, 1999; LAZZARATO, 2014; GIDDENS, 1993; CUPANI, 2004), além de refletir até que ponto os smartphones podem ser entendidos como actantes diretos na rede de agenciamento (LATOURETTE, 2005) que constitui a fabricação da subjetividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** subjetividade; dispositivo móvel; smartphones.

A proposta deste artigo é discutir preceitos teóricos que possam elucidar o entendimento do smartphone como um dispositivo de visibilidade e comunicação capaz de acelerar processos de subjetividade nos indivíduos. Entende-se o dispositivo de comunicação como um sistema utilizado para servir de suporte ou meio de captura de dados em condições de conexão com o computador. Através de sistemas de transmissão de dados, interligam-se os dispositivos de retenção, que possibilitam a comunicação dos dados na modalidade on-line e em tempo real. O ponto de partida é a ideia de Guattari e Rolnik (1999) sobre a produção capitalística de subjetividade.

O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um être-là, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquina, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 25).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 5 – Comunicação multimídia do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Doutorando do Curso de Ciências Sociais do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; email: [mariarita\\_x@hotmail.com](mailto:mariarita_x@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando do Curso de Ciências Sociais do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; email: [vyullheney@yahoo.com.br](mailto:vyullheney@yahoo.com.br)

Dessa maneira, intenta-se entender sob quais pressupostos pode-se afirmar que os dispositivos em questão têm influência sobre a disseminação de uma subjetividade, nos termos de Guattari e Solnik (1999), mais ampla que ultrapassa o indivíduo em si: a subjetividade capitalística.

O indivíduo está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade, alguns são inconscientes, do domínio do corpo, do que se chama “grupos primários” (clã, tribo, turma, etc.), além do domínio da produção de poder através da lei, polícia, etc. E há a hipótese de que também existe uma subjetividade ainda mais ampla: a subjetividade capitalística. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 34).

A justificativa para esta discussão é a presença cada vez mais constante dos dispositivos smartphones como extensão dos indivíduos, bem como o crescimento da sua relevância no dia-a-dia de grande parte das pessoas com acesso a este bem de consumo. Neste sentido, intenta-se refletir sobre a possibilidade de esses dispositivos ubíquos, que também podem se apresentar por meio da diversão e do entretenimento, estão alterando as subjetividades atuais a favor de uma máquina capitalística (Guattari; Rolnik, 1999). Se isso de fato está ocorrendo, o objetivo é refletir sobre o modo em que agem para alterar comportamentos, questões de atenção, foco, perda da sociabilidade off-line, etc.

A proposta para entender a questão é pensar teoricamente a partir dos conceitos de dispositivo, subjetividade, tecnologia e modernidade (GUATTARI; ROLNIK, 1999; LAZZARATO, 2014; GIDDENS, 1993; CUPANI, 2004), além de refletir até que ponto os smartphones podem ser entendidos como actantes diretos na rede de agenciamento (LATOURET, 2005) que constitui a fabricação da subjetividade. O pressuposto de que é possível considerar o dispositivo como actante direto na rede de criação de subjetividades capitalísticas maquínicas se dá através de Latour (2005), que afirma que os objetos também agem, pois, “o social é um movimento, um deslocamento, uma transformação, uma translação, um registro [...] associação momentânea, modo como se aglutina assumindo novas formas”. (LATOURET, 2005, p. 99). O autor afirma que se o pesquisador partir das controvérsias sobre atores e atos, qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator. Segundo Lemos (2013, p. 42), um “actante significa tudo aquilo que gera uma ação, que produz movimento e diferença, podendo ser humano ou não humano. ” Nesse caso, os não-humanos são elementos que

interferem na durabilidade e na extensão de uma interação e o fato novo é o de “objetos surgirem como aquilo que explica a paisagem variada pela qual começamos, os poderes supremos da sociedade, as assimetrias, o rude exercício do poder”. (LATOUR, 2005, p. 109). Segundo Lazzarato (2014), Foucault dizia que máquinas, objetos e signos agem precisamente da mesma forma que uma ação sobre uma ação, o que não deve ser restrito à relação de um ser humano com outro. Isto porque corroborando com Latour (2005), o entendimento de Lazzarato (2014) é o de que:

Os não humanos contribuem tanto quanto os humanos na definição, no enquadramento e nas condições da ação. Age-se sempre dentro de um agenciamento, um coletivo em que máquinas, objetos e signos são ao mesmo tempo agentes. Se a sujeição invoca a consciência e a representação do sujeito, a servidão maquínica ativa forças pré-sociais, pré-cognitivas e pré-verbais (percepção, sentido, afetos, desejo) tanto quanto forças suprapessoais (máquinas, linguísticas, sociais, midiáticas, sistemas econômicos, etc.). (LAZZARATO, 2014, p. 32).

Nessa perspectiva, o curso humano da ação se funde com os objetos (não-humanos), uma ação coletiva entre humanos e não-humanos só é entendida através de uma noção que arregimenta diversos tipos de forças unidas, exatamente por serem diferentes. Por isso, para Latour (2005), o termo coletivo seria uma melhor definição que o de sociedade, já que coletivo é o projeto de juntar novas entidades ainda não reunidas e que, por isso, não são feitas de material social e sociedade é conjunto de entidades já reunidas que foram feitas de material social. Assim, admitir que os objetos fazem parte das conexões sociais torna possível a expansão do entendimento do mundo. Os não humanos só serão levados em conta quando forem comensuráveis com os laços sociais, ainda que se aceite sua incomensurabilidade básica. Já que para serem levados em conta, os objetos precisam ingressar nos relatos e para haver uma interpretação mais rica da experiência material é preciso aproximar-se daquilo que as várias vidas materiais têm a oferecer. (LATOUR, 2005). Nesse sentido, cabe problematizar o papel que os dispositivos móveis assumiram no cotidiano da vida contemporânea, para entender o que a introdução desses objetos provoca em termos de mudança para os comportamentos sociais. Pois, de acordo com a perspectiva de Latour (2005), entende-se os dispositivos móveis de maneira simétrica nas ações em relação aos indivíduos que os usam. De maneira que o intuito é problematizar a produção de uma subjetividade capitalística (ROLNIK; GUATTARI, 1999) por meio desses dispositivos, a partir da

ideia de que indivíduos e dispositivos são actantes neste processo e têm o mesmo grau de relevância nas ações.

### **Sobre dispositivos**

Segundo o mito moderno do progresso, o único caminho possível para o coletivo é através do avanço e da criação de cada vez mais tecnologia, tendo em vista que a modernidade tradicional era marcada pela tradição, mas também pela criação. Nesse sentido, Bunge (1985) define a tecnologia como “o campo de conhecimento relativo ao desenho de artefatos e à planificação da sua realização, operação, ajuste, manutenção e monitoramento à luz do conhecimento científico. Ou, resumidamente: o estudo científico do artificial”. (BUNGE, 1985, p. 231).

Já Cupani (2004) invoca Borgmann (1984) ao afirmar que os produtos e seu consumo constituem “a meta declarada do empreendimento tecnológico”. (BORGSMANN, 1984 apud CUPANI, 2004, p. 501). Tal meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. De modo que para entender a tecnologia não é suficiente atentar para o seu aspecto de natureza dominada, nem à sua associação com a ciência, é necessário entender por que a tecnologia tem chegado a ser um modo de vida. (CUPANI, 2004).

Esse modo de vida implica a tendência a reduzir todo e qualquer problema a uma questão de relação entre meios e fins. Reciprocamente, o mundo dos dispositivos é um mundo de meros meios, sem fins últimos, o que constitui uma novidade na história humana. Isto é muito importante para se entender, segundo Borgmann, a diferença entre a técnica tradicional e a tecnologia. Ao passo que na técnica toda relação meio fim estava inserida em um contexto (social, cultural, ecológico), na tecnologia a relação meio fim vale universalmente, com independência dos contextos concretos. (CUPANI, 2004, p. 502).

Numa perspectiva semelhante, Giddens (1993) reitera a necessidade de repensar a natureza da modernidade, já que ela altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência. Assim, a modernidade deve ser entendida a nível institucional, mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, com o eu.

É importante ressaltar que os novos mecanismos de auto identidade são constituídos pelas instituições da modernidade, mas também as constituem. Visto que as relações sociais exprimem o panorama social da modernidade e ao enfrentar problemas pessoais, os indivíduos ativamente ajudam a reconstruir o universo social à sua volta. De modo que se há um processo de esvaziamento do tempo e do espaço por meio do desencaixe das instituições sociais tradicionais – família, escola, igreja, etc. – e a modernidade é inseparável das suas próprias mídias, podemos levantar a hipótese de que a isso se deve um dos motivos do sucesso dos dispositivos móveis de comunicação. Há um preenchimento contínuo do espaço e do tempo deixados abertos pelo enfraquecimento dessas instituições.

De acordo com esse raciocínio, assume-se que do mesmo modo que o subjetivo dos indivíduos da modernidade tradicional se moldavam a partir da influência exercida pelas instituições tradicionais, é crível entender também a disseminação de dispositivos comunicacionais como mais um dos atores que interferem na modelação de subjetividade dos indivíduos contemporâneos. As consequências dessa produção de subjetividade podem ser percebidas através de alterações de comportamento, como uma maior exposição voluntária de informações de si e a criação de uma espécie de sujeito confessional (BAUMAN; LYON, 2013), que depende enormemente do dispositivo para desenvolver e expressar percepções, afetos, sensações, cognição, linguagem, etc. Em termos de consequência para este fato, pode-se pensar num controle sobre a subjetividade estabelecido a partir da dependência dos indivíduos com esses dispositivos.

Nessa perspectiva, nas novas modalidades de vida contemporânea, o estreitamento do espaço público com o espaço da intimidade está mediado pelos dispositivos comunicacionais. Em *“Post-scriptum sobre as sociedades de controle”*, DELEUZE (2000) já antecipava que a noção de sociedade disciplinar não era um modelo adequado para explicar o funcionamento contemporâneo do poder, pois agora “as formas de controle ao ar livre substituem as antigas disciplinas que aperavam na duração do sistema fechado”. (DELEUZE, 2000, p. 1). De maneira que a sociedade contemporânea seria melhor designada como uma “sociedade de controle”, marcada pelo desaparecimento cada vez maior de brechas, espaços, tempos abertos e livres de monitoramento. Agamben (2009) corrobora ao dizer que isso acontece porque a fase extrema da consolidação capitalista atual é uma gigantesca acumulação e proliferação

dos dispositivos, de modo que hoje não existe um só momento da vida que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. O autor define dispositivo como qualquer coisa que tenha a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. “Na raiz de cada dispositivo está um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constituem a potência específica do dispositivo.” (AGAMBEN, 2009, p. 43).

Segundo Cupani (2004), os dispositivos são um meio (algo-para), de modo que é preciso distinguir entre a função do dispositivo – conhecida pelo usuário – e a sua maquinaria, geralmente incompreendida e até incompreensível para ele (por exemplo, a comum ignorância com relação à maquinaria de um computador, ainda que saibamos usá-lo bem). Por meio da sua função, um dispositivo alivia (*disburdens*) de um esforço, liberta de um peso, o que significa que os produtos podem ser consumidos de maneira instantânea, ubíqua, segura e fácil. (CUPANI, 2004). Abaixo o autor analisa a facilidade dos microcomputadores na década de 1980:

Os microcomputadores estão sendo usados cada vez mais porque vão se tornando “amigáveis”, isto é, fáceis de operar e compreender. Mas esse caráter “amigável” é precisamente o sinal do quanto se tem tornado grande o hiato entre a função acessível a todos e a maquinaria conhecida por quase ninguém. (BORGMANN, 1984, p. 47).

Esse exemplo, no entanto, poderia ser facilmente substituído pelos dispositivos smartphones: máquinas de uso simples que se inseriram com facilidade no cotidiano por serem facilitadores para a resolução de questões práticas, ainda que poucos usuários conheçam de fato os seus modos de funcionamento maquínico e a sua capacidade de recolher e distribuir informações e dados. É interessante pensar como ao longo das últimas três décadas o capitalismo pós-industrial foi introduzindo máquinas cada vez mais pessoais no cotidiano social. Se antes o maquinário estava apenas voltado para a produção industrial em grande escala, o que requeria a introdução de um tipo de subjetividade para os indivíduos, agora as máquinas se instauram para modelar a subjetividade a partir de “dentro”. No sentido de que se antes o trabalhador desligava a máquina ao sair da fábrica, agora se têm a sensação de liberdade ao sair do trabalho e poder usá-la ininterruptamente, como se pode dizer que acontece com os dispositivos

comunicacionais. Nesse sentido, Lazzarato (2014) corrobora ao afirmar que após o avanço da propaganda nos anos 1920, seguido do advento da televisão, “uma máquina cada vez mais organizada se desenvolveu, da qual Google e Facebook podem ser considerados o coroamento: imensos bancos de dados que funcionam como dispositivos de marketing”. (LAZZARATO, 2014, pp. 37-38).

### **Sobre subjetividade**

O capitalismo tanto capta e controla todas as instâncias da vida, tendo como suporte o avanço científico da tecnologia e seus dispositivos de controle quanto impõe lógicas de vida que interpelam e tendem a conduzir os modos de vida. Segundo Guattari e Rolnik (1999), existem as máquinas de produção de subjetividade tradicional (etnias, corporação profissional, casta) e as capitalistas (produção industrial e de escala internacional). De modo que as representações são injetadas através de uma economia coletiva do desejo, na qual a produção de subjetividade é a matéria-prima da evolução das forças produtivas mais desenvolvidas e de toda e qualquer produção.

Todas essas questões da economia coletiva do desejo deixam de parecer utópicas a partir do momento em que não mais consideramos a produção de subjetividade como apenas um caso de superestrutura, dependente das estruturas pesadas de produção das relações sociais. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 26).

A explicação é a de que a partir do momento em que consideramos a produção de subjetividade como matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas, como os setores de ponta da indústria, as questões da economia coletiva do desejo deixam de parecer utópicas. Essa espécie de vontade de potência produtiva revoluciona a própria produção através das revoluções científicas, biológicas, da incorporação massiva da telemática, da informática, da ciência dos robôs e através do peso cada vez maior dos equipamentos coletivos e da mídia. Desse modo, a produção de subjetividade talvez tenha se tornado mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais até do que a produção de petróleo e as energias. Visto que as mutações de subjetividade funcionam além da esfera das ideologias, pois estão no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido

urbano, com os processos maquínicos de trabalho e na maneira de se relacionar com a ordem social das forças produtivas. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 26).

Os autores preferem falar em processo de subjetivação, ao invés de ideologia. Desse modo, tudo que é produzido pela subjetivação capitalística e nos chega através da linguagem, da família e dos equipamentos que nos rodeiam trata-se de sistema de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas e de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. De maneira que Guattari e Rolnik (1999) não contrapõem as relações de produção econômica e as relações de produção subjetiva. Nos ramos mais modernos da indústria, desenvolve-se um tipo de trabalho ao mesmo tempo material e semiótico. Assim pode-se pensar que a introdução de dispositivos comunicacionais e os seus efeitos se encaixam na ideia de uma produção de subjetividade capitalística não apenas da ordem da representação, mas de uma modelização que diz respeito “aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, pp. 27-28). Visto que esses fatores são de alguma forma alterados nos indivíduos através do seu uso: desde as relações sociais que estão se adaptando à presença constante desses objetos, até a maneira como memória, percepção, foco e até o tato se alteram para que o usuário se adapte, faça uso das funções oferecidas e mais importante de tudo, se torne um consumidor. Esses dispositivos podem ser entendidos tanto como modalizadores quanto como “distribuidores” de informação ao capital, já que são grandes coletores de dados de uso.

Guattari e Rolnik (1999) entendem subjetividade como uma articulação com o tecido urbano, que vai além das ideologias e se instaura nas maneiras de perceber o mundo, através de processos maquínicos do trabalho há a criação de uma ordem social que dá suporte às forças produtivas. Nesse sentido, a representação teórica e ideológica não pode ser separada das condições de uma práxis social, visto que há sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. Dessa maneira, entende-se por processos da constituição da subjetividade coletiva o desejo em escala coletiva, os processos de singularização que são razões produtoras de subjetividade; o desejo somado a subjetividade; o trabalho material e o semiótico e as subjetividades individuais em confronto. Assim, os sistemas de produção da subjetividade dominante, agenciamento

coletivo de enunciação, produzem subjetividades ao invés de produzir o sujeito. (GUATTARI; ROLNIK, 1999).

É preciso dissociar os conceitos de indivíduo e subjetividade, os indivíduos são resultado de uma produção de massa, de modo que o indivíduo é serializado, registrado, modelado. A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo”, pois é fruto de uma multiplicidade de agenciamentos da subjetivação, é essencialmente fabricada e modelada no registro social. O indivíduo consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc. que não têm nada a ver com categorias naturais universais. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 31).

O lucro capitalista se faz na produção de poder subjetivo. Parafraseando Guattari e Rolnik (1999) que analisam o exemplo do walkman na década de 1980, é possível argumentar que os jovens que passeiam pelas ruas equipados com um smartphone estabelecem com o dispositivo e a rede à qual ele se conecta uma relação que não é natural. Ao produzir esse tipo de aparelho, a indústria não fabrica simplesmente algo que transmite entretenimento, informação, mensagens, etc. – ou música como era o caso do walkman – o que ela faz é inventar um universo virtual (ou musical), que estabelece uma outra relação com os objetos, o que a indústria faz é inventar uma nova percepção. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 32).

Se a nossa subjetividade é modelizada por esses dispositivos, o entendimento de que esses aparelhos são divertidos e o comportamento que consiste em ficar inteiramente focalizado no aparelho, em uma relação de comunicação direta, foi introduzido com o vídeo e se estendeu para a nossa relação com as telas de dispositivos smart atuais, esta é mais uma relação produzida e modelada por e para esta sociedade. Isso tendo como suporte a ideia de uma noção de subjetividade que abarca a subjetividade individual como “resultado de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 34).

Diante disso, é preciso esclarecer o que se entende por subjetivação, e especialmente, subjetivação política. Segundo Lazzarato (2014), no capitalismo a produção de subjetividade opera através de dispositivos de sujeição social e servidão maquínica. A sujeição social é responsável por uma subjetividade que nos dota de uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade, etc., ela fabrica sujeitos individuados, sua consciência, representações e comportamentos a partir das

necessidades da divisão social do trabalho. Já a servidão maquínica procede através de uma dessubjetivação e desmantela o sujeito individuado, sua consciência e suas representações, agindo sobre os níveis pré-individual e supraindividual. Lazzarato (1994) aprofunda essa concepção ao explicar que:

Marx dizia que a maquinaria era a mais adequada forma de capital fixo, este é ainda mais o caso hoje em dia, já que os maquinismos invadiram nossas vidas cotidianas e agora “assistem” nossos modos de falar, ouvir, ver, escrever e sentir ao constituir o que poderíamos chamar de “capital social constante”. Máquinas técnicas e sociais, nas quais “humanos” e “não humanos” funcionam juntos como partes componentes nos agenciamentos corporativos, do Estado de bem-estar social e no agenciamento midiático. (LAZZARATO, 2014, p. 17).

Nessa perspectiva a produção de subjetividade se dá no ponto de interseção entre os dispositivos de “sujeição social” e os de “servidão maquínica”. É preciso esclarecer que a subjetividade e as subjetivações que o capitalismo produz são feitas para a máquina social, isso compreende a máquina técnica como um de seus produtos. (LAZZARATO, 2014).

A sujeição social é um processo de personificação das relações de capital, pois o “capitalista” age como “capital personificado”, assim como o trabalhador da fábrica é o trabalho personificado. Já na servidão maquínica o indivíduo não é mais instituído como um “sujeito individuado”, “sujeito econômico” ou “cidadão”, é considerado uma engrenagem, uma roda dentada, uma parte do componente dos diversos agenciamentos (“empresa”, “sistema financeiro”, “mídia”, “Estado de bem-estar social” e equipamentos coletivos: escolas, hospitais, museus, teatros, televisão, internet, etc.). A servidão é um conceito que Deleuze e Guattari emprestaram da cibernética e da ciência da automação, que significa a “pilotagem” ou o “governo” dos componentes de um sistema. É o modo de controle e regulação de uma máquina social ou técnica, um modo de comando, de regulação e de governo “assistido” pela tecnologia, sendo uma especificidade do capitalismo. (LAZZARATO, 2014). De modo mais conciso Lazzarato (2014) explica que:

A sujeição produz e sujeita indivíduos, enquanto na servidão, “[in]divíduos se tornam “dividuais”, e as massas se tornam amostras, dados, mercados ou bancos. [...] A sujeição fabrica um sujeito vinculado a um objeto externo (uma máquina, um dispositivo de comunicação, dinheiro, serviços públicos, etc.) de que o sujeito faz

---

uso e com o qual ele age. Na sujeição, o indivíduo trabalha ou se comunica com outro sujeito individuado via uma máquina-objeto, que funciona como meio ou mediação de sua ação ou uso. (LAZZARATO, 2014, p. 29).

Nesse sentido, a lógica sujeito-objeto utilizada pela sujeição social é demasiada humana, posto que a servidão maquínica não se constrange com dualismos sujeito/objeto, palavras/coisas, natureza/cultura. O individual não se opõe às máquinas, ele é adjacente às máquinas, constituindo um dispositivo “homens-máquinas” em que ambos são partes recorrentes e intercambiáveis de um processo de produção, comunicação e consumo que os excede. Não mais agimos ou fazemos uso de algo, se por agir e usar entendermos funções do sujeito, o que se constitui são entradas e saídas, *inputs* ou *outputs*, pontos de conjunção ou disjunção nos processos econômicos, sociais ou comunicacionais geridos e governados pela servidão. A relação sujeito/objeto, homem/máquina ou agente/instrumento desaparece em prol de uma configuração global em que há um encontro/agenciamento de forças que não se dividem em “vivos” e “mortos”, subjetivo e objetivo, mas são todos animados de modos variados. Na servidão, as relações entre agentes e signos existem de fato, mas não são intersubjetivas, pois os agentes não são pessoas e as semióticas não são representativas. De modo que agentes humanos e não humanos funcionam como pontos de conexão, junção e disjunção de fluxos, além de serem redes que compõem o agenciamento coletivo. (LAZZARATO, 2014).

### **Considerações finais**

Desse modo, na perspectiva que este artigo se baseia é possível concluir que a economia neoliberal pode até ser uma economia subjetiva, mas isso não significa que ela vá promover uma nova “humanização” do sujeito alienado pelo capitalismo industrial, mas que a subjetividade existe para a máquina e que os componentes subjetivos são funções de servidão. É um indicativo de um mundo maquinocêntrico em que se fala, se comunica e se age assistido por todos os tipos de máquinas mecânicas, termodinâmicas, cibernéticas e de computação. De acordo com os conceitos filosóficos articulados por Guattari, a servidão não envolve propriamente sujeitos nem objetos, mas entidades ontologicamente ambíguas, híbridos, objetividades/subjetividades, em outras palavras, entidades bifaciais sujeito-objeto. Nessa perspectiva, objetos, máquinas,

protocolos, diagramas, gráficos e *software* perdem sua “objetividade” e se tornam capazes de constituir vetores de “protossujeitização” ou focos de “protoenunciação”. (LAZZARATO, 2014).

Desse modo, assume-se que máquinas, objetos (e signos) que procedem desse modo, “sugerem, capacitam, solicitam, incitam, encorajam e impedem certas ações, pensamentos e afetos ou promovem outros”. (LAZZARATO, 2014, p. 32). Essa afirmação pode corroborar a hipótese de que os smartphones são dispositivos que possuem a capacidade de modelar a subjetivação, pois se por um lado são máquinas de uso fácil que promovem praticidade ao cotidiano, por outro também são limitadores à medida que dispõem de uma interface específica, redirecionam para provedores específicos, limitam os usos por meio de determinados apps<sup>4</sup>. O argumento defendido aqui é o de que esses dispositivos têm a intenção de modular o que pode/deve ou não ser realizado pelo usuário mediano, que teoricamente não possuiria o conhecimento físico e algorítmico suficientes sobre o funcionamento da maquinaria para escapar dos modelos pré-estabelecidos pela produção industrial. O que não significa dizer que não possa haver resistências a esta intenção inicial.

Nesse sentido, seria possível dizer que a produção material é uma espécie de complexo industrial para a produção de subjetividade, já que possibilita uma multiplicidade de processos criativos – alguns dos quais, porém, alienantes. Como podemos entender a relação que os maquinismos estabelecem conosco, já que por um lado eles abrem possibilidades e potencialidades para a emancipação, mas por outro também podem conduzir nossa subjetividade de modos não exatamente positivos? Diante disso, seria possível pensar na possibilidade de uma crise de subjetividade? Pois, ainda que o capitalismo lance modelos subjetivos do mesmo jeito que a indústria automobilística lança uma nova linha de carros, o seu projeto central consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade de maneira que a economia política se mostre idêntica à “economia subjetiva”. (LAZZARATO, 2014).

Ainda não há respostas conclusivas sobre uma possível crise subjetiva, ainda assim se pode considerar é que os dispositivos comunicacionais têm potencialidade para se tornarem, em pouco tempo, um dos grandes responsáveis pela produção de uma subjetividade cada vez mais a favor do capitalismo. De modo que a subjetividade

---

<sup>4</sup> “Apps” é a abreviação da palavra “applications”, ou aplicativos. No contexto dos smartphones, “apps” são os programas que se pode instalar no smartphone.

capitalística defendida por Guattari e Rolnik (1999) se torne cada vez mais dominante sobre os indivíduos, aos quais cabe refletir e questionar para que as devidas resistências sejam não só elaboradas, como colocadas em prática.

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** In *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

CUPANI, Alberto. **A tecnologia como problema filosófico: três enfoques**. *scientiæ zudia*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 493-518, 2004.

BAUMAN; Zygmunt; LYON, David. **Vigilância líquida: Diálogos com David Lyon**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2013.

BUNGE, M. *Treatise on basic philosophy*. Dordrecht, Reidel. Tomo 7: Philosophy of science and Technology, 1985.

BORGMANN, A. *Technology and the character of contemporary life*. A philosophical inquiry. Chicago/Londres. The University of Chicago Press, 1984.

GUATTARI, F.; ROLNICK S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DELLEUZE, Gilles. **“Post-scriptum sobre as sociedades de controle”**, In *Conversações 1972-1990*, trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução a teoria Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas e subjetividades**. São Paulo; Helsinque: n-1 Edições; Edições Sesc São Paulo, 213p., 2014.